

Discurso de Posse da Reeleição do PGJ José Antônio Borges Pereira

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, **Mauro Mendes**;

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual **Eduardo Botelho**, Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a quem cumprimento extensivamente aos demais Deputados, especialmente à Deputada **Janaina Riva**, única mulher no Poder Legislativo Estadual representando e defendendo os ideais e as lutas das suas coirmãs de gênero e das minorias;

Excelentíssima Senhora Desembargadora **Maria Helena Póvoas**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a quem cumprimento extensivamente às Desembargadoras, Desembargadores e demais Magistrados;

Excelentíssimo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas de Mato Grosso, **Alisson Carvalho de Alencar**, que neste ato representa o Presidente do TCE, Conselheiro **Guilherme Maluf**;

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, **Fabiano Dallazen**, Digníssimo Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional do Estado de Mato Grosso, Advogado **Leonardo Campos**;

Excelentíssimo Senhor Defensor Público-Geral do Estado de Mato Grosso, **Clodoaldo Aparecido Queiroz**;

Excelentíssimo Procurador **Gustavo Nogami**, Chefe do Ministério Público Federal em Mato Grosso;

Excelentíssimo Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, **Rinaldo Reis Lima**;

Excelentíssimo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, em substituição, **Bruno Cunha de Lima**;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação Matogrossense do Ministério Público, Promotor de Justiça **Rodrigo Fonseca Costa**, que neste ato representa o

Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, **Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares;**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, **Neurilan Fraga;**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Contas do Estado, **Alisson Carvalho de Alencar;**

Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça **Leonir Colombo**, Decano do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em nome de quem cumprimento aos demais colegas Procuradoras e Procuradores de Justiça;

Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça **Rodrigo Fonseca Costa**, Presidente da nossa Associação Mato-Grossense do Ministério Público, por meio de quem cumprimento aos colegas Promotoras e Promotores de Justiça;

Excelentíssimo Senhor **Eziel da Silva Santos**, Presidente do Sindsemp - Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Mato Grosso, aqui representando as Servidoras e

Servidores que compõem as duas mil vidas que trabalham na nossa querida Instituição;

Excelentíssima Senhora **Suzy Rosely Cândido Costa**, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem cumprimento extensivamente a todas as Conselheiras e Conselheiros que integram os Órgãos Deliberativos e Consultivos com participação da sociedade civil nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

Cumprimento ainda os **Senadores e Deputados Federais**, dos quais, com a devida vênua, declino de citar os nomes para não me estender demais nos cumprimentos;

Demais autoridades e cidadãos que prestigiam esta solenidade por meio virtual.

Primeiramente, cabe-me registrar e reconhecer, Governador Mauro Mendes, sua postura democrática e respeitosa com a classe ministerial. Pela segunda vez, escolhe da lista enviada a Vossa Excelência o primeiro colocado em nosso pleito.

Mesmo sabedor da legitimidade do voto popular que lhe dá poder de escolha do Chefe da Instituição Ministerial, Vossa

Excelência sinaliza o reconhecimento do Ministério Público autônomo e independente, sempre na defesa das Constituições Federal e Estadual e demais normas legais que lhe cabe defender como órgão de controle das Políticas Públicas e, exclusivamente, propor Ações Penais Públicas Incondicionadas.

Oportuno se faz, neste momento em que inicio meu segundo mandato de Procurador-Geral eleito de forma direta pelo voto dos colegas, com votação eletrônica, destacar a lisura e transparência da eleição e o comportamento ético, digno e altruísta do meu concorrente no processo eleitoral, o Procurador de Justiça **Flávio Cezar Fachone**.

Cabe observar que o Procurador-Geral de Justiça tem, entre suas atribuições e competências específicas, importantíssimas funções quanto aos crimes praticados por autoridades com foro privilegiado e em Ações Diretas de Inconstitucionalidade das leis estaduais e municipais. No mais, é o chefe administrativo e gestor financeiro da Instituição.

Desta forma, as Promotoras e Promotores de Justiça têm total autonomia e independência nas suas atribuições constitucionais, mas, claro que nenhum membro ministerial é uma ilha soberana e deve, sim, prestar contas de suas decisões administrativas nos inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta.

Para isso, há os Órgãos Colegiados de revisão, formados pelo Conselho Superior do Ministério Público, com 11 Procuradoras e Procuradores de Justiça, e como última instância, o Colégio de Procuradoras e Procuradores de Justiça, com todos os seus membros de Segundo Grau. Não bastasse esse sistema piramidal de controle interno, temos ainda o controle externo exercido pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Faço essas observações porque muitos confundem a função do Procurador-Geral de Justiça com a de um chefe que manda e os colegas obedecem. Não, e não! É exatamente o contrário, e aí está a beleza lapidar trazida pela Constituição de 1988, consagrando um Ministério Público com autonomia e independência dos seus membros, mas que prestam contas ao Conselho, ao Colégio, além da Corregedoria e Conselho Nacional do Ministério Público.

O Procurador-Geral de Justiça, além de representante administrativo da Instituição, tem a função de articulador do nosso Planejamento Estratégico nas várias áreas de atuação. E foi com essa proposta de priorizar e articular de forma mais aprofundada nossos objetivos estratégicos que nos elegemos para o primeiro mandato e hoje temos, após discussão com as Procuradoras, Procuradores, Promotoras e Promotores de Justiça e a sociedade civil organizada, um planejamento real e factível aprovado para o quadriênio 2020/2023.

Neste norte, nossa reeleição, alicerçada no compromisso com uma gestão de resultados, tem como principal desafio consolidar entre seus integrantes a cultura institucional da atuação integrada, com foco no cidadão, relacional, flexível, orientada para resultados e, sobretudo com atuação estratégica.

Tal premissa se dá no sentido de romper com modelos administrativos já superados, ainda muito presentes na gestão pública e pautados pela burocracia mecanicista, que por vezes geram morosidade na atuação institucional, baixa

resolutividade na atuação administrativa e na vida dos cidadãos, nas ações finalísticas.

As demandas sociais têm sido crescentes em um contexto em que a capacidade do Estado em atendê-las tem sido cada vez mais reduzida. Portanto, é necessária uma atuação integrada, eficaz e a busca pela melhoria e eficiência na gestão do Ministério Público, com vistas a cumprir seu mister constitucional.

As categorias a partir das quais o Plano Estratégico se organiza, foram desenhadas compreendendo as perspectivas, objetivos estratégicos, macroações, indicadores de impacto e de esforço, e as iniciativas desdobradas em projetos e planos de ação. Com isso, se definem as relações entre os níveis estratégico, tático e operacional, traduzidas em ações efetivas nas áreas-fim, áreas-meio e Órgãos Auxiliares da Administração Superior.

O Planejamento possui objetivos em cada área finalística, que são:

- Defesa da Cidadania e respeito ao Direito do Cidadão;

- Efetividade da Legislação Penal;
- Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Defesa do Meio Ambiente Natural e Urbano;
- Defesa da Probidade Administrativa e Patrimônio Público.

Estas áreas de atuação foram desdobradas em macroações, indicadores de impacto, de esforço e iniciativas por meio de processos, projetos e planos de ação. Para mensurar esses dados e decidir da melhor forma possível, criamos na estrutura organizacional um centro de estatísticas, com matemáticos e atuários, profissionais que trazem cientificidade aos números para atuarmos embasados nesses dados e sustentarmos nossos argumentos nas decisões e medidas adotadas.

Com isso, se definem as relações entre os níveis Estratégico, Tático e Operacional, traduzidas em ações efetivas nas áreas fim e meio e órgãos auxiliares da Administração Superior.

Destaco no Planejamento Estratégico dois compromissos nesta gestão que se inicia hoje. O primeiro, com o meio

ambiente. Nosso Estado é o único que possui três biomas: o Pantanal, Cerrado e a Floresta Tropical – esta, denominada Amazônia Legal.

No ano de 2020 tivemos a destruição pelo fogo de 2.153.143 hectares, que correspondem a 40,1% do Pantanal Mato-Grossense. Fomos, também, infelizmente, um dos recordistas em queimadas no Cerrado e Floresta Amazônica, com 8,5 milhões de hectares destruídos pelo fogo, correspondentes a 9,4% do território estadual.

Importante gizar que a grande maioria dos empresários do agronegócio tem consciência e responsabilidade com um meio ambiente sustentável, para não matar “*A Galinha dos Ovos de Ouro*”, que é nossa terra fértil, e “*Secar o Rio de Nuvens*” que vem da Amazônia e abastece de chuvas o Centro-Sul do País e nossas lavouras.

Os computadores quânticos de organizações internacionais respeitadas calcularam que se continuarmos neste ritmo de desmatamento, a desertificação da Amazônia, aí incluso nosso Estado, não será mais em 2050, como anteriormente previsto, mas em 2030. Faltarão chuvas para extrairmos duas

safras por ano do nosso solo. É o chamado "*Ponto do não retorno*".

Estamos na quarta Revolução Industrial, com a mudança da matriz energética da energia de combustíveis fósseis para energia limpa solar e eólica. E quem não aderir ao "*Acordo de Paris*" estará retaliado no mercado de commodities. No passado, as baleias só não foram extintas devido à mudança do uso do óleo extraído delas para os combustíveis fósseis. E agora, ou substituímos rapidamente os combustíveis fósseis, ou extinguiremos a espécie humana.

Essa destruição da Amazônia não é feita por empresários que pagam seus impostos e são a locomotiva da economia brasileira, mas sim por 1% de grileiros, garimpeiros ilegais e invasores de terras públicas e indígenas, infelizmente com o discurso retrógrado da década de 1970 de que a Amazônia é nossa e poderá ser invadida por outro país.

Enquanto isso acontece, assistimos ao nosso Presidente da República e seu Ministro do Meio Ambiente fazendo vistas grossas, mudando a legislação e desmontando os órgãos de fiscalização federal. E o STF sendo acionado e tentando barrar esses crimes lesa-humanidade.

Nossa contribuição como órgão de controle é cada vez mais usar a tecnologia, como ocorre com o projeto *“Olhos da Mata”*, que com o uso de imagens de satélite atua preventivamente identificando e localizando desmatamentos e queimadas ilegais. Para isso, vamos nomear mais dois Promotores ou Promotoras de Justiça com expertise ambiental para o GAECO combater o crime organizado ambiental.

Desde já peço seu apoio, Governador, para salvarmos a economia do Estado, ameaçada pela desertificação, que acabará com nossa produção agrícola. Lembrando que o GAECO não é uma instituição do Ministério Público, mas interinstitucional, integrado por Delegados de Polícia, Policiais Militares e Membros do Ministério Público.

Outro destaque está relacionado com os atos de improbidade administrativa de prefeitos e outras autoridades com foro privilegiado nos crimes denunciados perante o Tribunal de Justiça. Vamos sintonizar os inquéritos civis e investigações cada vez mais com o NACO (Núcleo de Ações de Competência Originária) e Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, onde hoje já atua um Delegado de

Polícia e um Promotor de Justiça. Vamos trazer mais dois Promotores para auxiliarem o **Dr. Domingos Sávio** à frente do Naco.

Assim, esses agentes públicos ímprobos responderão ainda durante seus mandatos eletivos ou cargos que ocupam pelos crimes cometidos, visto que é frustrante ver que, após deixarem suas funções públicas, os processos descem para o Juízo de Primeiro Grau, com risco de prescrição. E a impunidade reina, servindo de estímulo à corrupção endêmica que continua em nosso País, e Mato Grosso não é exceção. Também precisamos, Senhor Governador, da cessão de mais delegados e auditores do Estado.

Como as Senhoras e Senhores ouviram até aqui na minha fala, o Ministério Público está cada vez mais especializado e valorizando seu Planejamento Estratégico de curto e longo prazos. Porém, mais importante que planejar é tirar do papel, como fizemos nestes últimos dois anos e faremos no mandato que se inicia, no atual estágio de maturidade que a Instituição alcançou e o constituinte determinou na Carta de 1988.

Quero agradecer e reconhecer esse trabalho feito por muitas mãos da nossa equipe administrativa, cinco unidades do GAECO, Centros de Apoio Operacional (Caos) e Ouvidoria, formada por quarenta e quatro colaboradores.

Agradeço a todas e todos na pessoa que mora nos nossos corações *In Memoriam*, a querida e saudosa colega **Julieta do Nascimento Souza**, Ouvidora-Geral Substituta que nos deixou no ano passado, vítima da Covid-19. Profissional responsável, dedicada, mãe exemplar. E nas suas horas de folga e finais de semana ainda participava, junto à sociedade civil organizada, do cuidado com os moradores de rua na nossa Capital.

Minha caminhada institucional começou em 1992, quando fui aprovado para o honroso cargo de Promotor de Justiça, e meu filho, **Erico Massoli Pereira**, tinha nove anos de idade. Erico acompanhou esse percurso, se inspirou na vida acadêmica e segue na sua carreira como servidor público numa universidade federal. E o ciclo da vida continua com meu neto **Guilherme Galdino Massoli Pereira**, já com 12 anos, e minha filha do coração **Gabriela Balbinotti**, de 10 anos.

A maior herança que os deixo é a sede pelo conhecimento e a paixão pelos livros, afinal, você é formado pela educação de berço transmitida pelos seus pais e pelos livros que lê e o transformam durante toda sua vida.

Nestes amores da minha vida, minhas homenagens a todos os familiares e amigos que vibram com as minhas vitórias e choram comigo nas minhas derrotas. A vida é um aprendizado, e a caminhada é mais importante do que a própria chegada. A quem está e esteve comigo nesta jornada, minha gratidão!

O trágico ano de 2020 ainda não acabou, com a pandemia não controlada, mesmo com a vacina chegando. Temos um Presidente da República insensível, desumano, insequente, terraplanista, que desprezou a ciência e jogou a população contra os governadores e prefeitos e, por consequência já temos mais de **duzentos e trinta e três mil e quinhentos e vinte** mortos.

Quero render minha homenagem a todos os profissionais de saúde do nosso Estado que estão no *front* buscando salvar vidas, na pessoa de uma médica, cientista com doutorado pela USP, em São Paulo.

Falo da médica e doutora **Natasha Shessarenko**, pediatra, professora da UFMT, adorada pelas mães do bairro Grande Terceiro e adjacências, em Cuiabá, onde atende no Posto de Saúde Pública. Conheço o seu trabalho há duas décadas como Promotor de Justiça da Infância nas demandas de saúde de crianças, e sendo eu anualmente convidado para falar do Estatuto da Criança aos seus alunos de Medicina da UFMT.

Conheci mais ainda essa profissional médica quando contrái a Covid-19 no final do ano passado e perdi 30% da minha capacidade respiratória, e com uma bactéria oportunista nos pulmões. A rapidez do tratamento me salvou a vida, com uso de antibióticos de última geração e corticoide, já que a vacina não chegou, e não existe o propalado tratamento precoce como se um imunizante fosse. Reafirmo meu respeito aos profissionais de saúde e cientistas.

Tivemos outra perda irreparável, a do nosso Procurador de Justiça **Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior**, homem de fibra, de uma visão e lucidez destacada no Colegiado de Procuradores, a quem procurei muitas vezes em seu gabinete para aconselhar-me em questões relevantes do

Ministério Público a serem decididas. Rendo também minhas homenagens à sua amada família.

No âmbito nacional, vou propor ao CNPG – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - vigília permanente, debates, campanhas e articulação com o Ministério Público Federal, OAB e sociedade civil organizada na defesa da Constituição Cidadã, que no seu preâmbulo e artigo primeiro instituiu o Estado Democrático de Direito, em 05 de outubro de 1988, após 21 anos de ditadura militar.

Hoje, todas as autoridades são eleitas pelo voto popular nas eleições majoritárias e proporcionais ou ocupam seus cargos por concurso público nas carreiras de Estado. Ao serem empossadas, prometem respeitar a Constituição Federal e demais leis.

Entretanto, o nosso Presidente da República, vencedor da última eleição com a bandeira liberal, que torço que cumpra sua proposta de diminuir o tamanho do Estado, fazer a reforma tributária e a privatização das estatais deficitárias, tem adotado uma postura e um discurso que deixam a população brasileira preocupada com o futuro da nossa democracia.

Esperamos que ele, assim como nossos governadores e prefeitos recém-empossados, cumpram com seus contratos de gestão, cenário em que a população seria a principal beneficiada pelas políticas públicas implementadas. Se assim o fizerem, terão o reconhecimento do eleitor e certamente se reelegerão.

Essa é a regra do regime democrático, a alternância de poder.

Ter adversários políticos é saudável, mas a polarização e divisão da população que temos assistido, entre “*Nós e Eles*”, e falar de comunismo numa economia globalizada para criar um inimigo, como tem feito o Chefe da Nação, não é hilário, mas preocupante.

Ainda mais quando se pratica um discurso e ações arquitetadas dentro de um “*Gabinete do Ódio*” instalado no Palácio do Planalto para atacar as Instituições pilares do Estado Democrático de Direito, que são o Congresso Nacional, Poder Judiciário e Ministério Público, no sistema de freios e contrapesos.

Aprendi nas minhas aulas de pós-graduação na PUC de São Paulo, com o Professor Tercio Sampaio Ferraz Júnior, que quando os argumentos e teses não conseguem ser refutados, a tática é a pessoalidade, os ataques pessoais. É o que constatamos vendo militantes em marcha lembrando os nazifascistas e jogando fogos de artifício no STF, dizendo que vão estuprar filhas de ministros, fazendo plantão na porta das suas residências. E ainda ouvir um filho do Presidente e parlamentar afirmar que *“Bastam um soldado e um cabo para fechar o STF”*.

Os ataques não são somente às instituições que compõem os poderes que formam o Estado brasileiro, mas também ao “espaço cívico” que se tenta corroer com intimidação, assédio e difamação. Tática usada com frequência por membros do atual Governo Federal e importante parte de seus apoiadores e seguidores.

Os ataques misóginos do Governo têm muitos alvos, dentre eles, lideranças da sociedade civil, artistas, cientistas, acadêmicos, funcionários públicos, influenciadores e jornalistas.

Esses alvos são muito bem retratados pela ativista social e fundadora do Instituto Igarapé, Doutora Ilona Szabó, em seu livro recém-lançado “A Defesa do Espaço Cívico”. Após ser convidada, como representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, pelo então Ministro da Justiça Sérgio Moro, sofreu ataques do próprio Presidente da República e sua milícia digital, extensivos à sua família, forçando-a ao autoexílio no Canadá.

Lembra a ativista social em seu livro os casos da atriz Fernanda Montenegro, do cientista Ricardo Galvão, do médico Dráuzio Varela, das lideranças indígenas Cacique Raoni e Sônia Guajajara, da Priscila Cruz, presidente da Ong *“Todos pela Educação”*. Também das jornalistas Bianca Santana, Constança Resende, Miriam Leitão, Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães, do influenciador Felipe Neto, dos professores Débora Diniz e David Nemer, da deputada federal Tábata Amaral.

Mas o pior nesta orquestração disruptiva do regime democrático orquestrada pelo Senhor Presidente da República, eleito no segundo turno, é dizer que houve fraude na eleição e que teria vencido no primeiro turno, mas

não apresentar provas, num total desrespeito à Justiça Federal Eleitoral. Uma instituição altamente especializada, com funcionários de carreira e que se desdobra em Tribunais Regionais compostos por Desembargadores, Juízes e Advogados como Juízes com Mandato, além do Ministério Público Federal, representado por um Procurador da República.

Justiça Eleitoral essa que ainda convoca Juízas e Juízes de Direito, Promotoras e Promotores de Justiça de todas as Comarcas para fiscalizarem o processo eletivo, combatendo o abuso econômico e a compra de votos, além dos partidos políticos com suas bancas de advogados especialistas em Direito Eleitoral.

O voto eletrônico do Brasil há mais de duas décadas é modelo mundial na era digital, inversamente ao voto no papel dos EUA. Mas o precedente do Capitólio americano invadido pelos radicais brancos apoiadores do sociopata Donald Trump, num país berço da democracia na era moderna, faz o nosso Presidente da República alertar que o mesmo poderá acontecer no Brasil em 2022, nas eleições majoritárias, colocando em dúvida a Justiça Eleitoral brasileira.

Mas não é só isso... O Senhor Presidente da República tem ido em formaturas de graduação de baixas patentes do Exército e das Polícias Militares dos Estados com um discurso constrangedor para os generais e coronéis diante de seus comandados, desconsiderando que a disciplina e a hierarquia formam a pedra angular dessas instituições militares.

Neste caminho antidemocrático arquitetado neste bate e assopra, testando a resistência das instituições, o *"Ovo da Serpente"* do cineasta sueco Ingmar Bergman, na nossa realidade política tem a cereja do bolo macabro de dois projetos de Lei Orgânica das Polícias Civil e Militar que restringem o poder de governadores sobre os braços armados dos Estados. As propostas trazem mudanças na estrutura das polícias, como a criação na PM da patente de general, hoje exclusiva das Forças Armadas, e a Constituição de um Conselho Nacional de Polícia Civil ligado à União. São projetos de lei completamente inconstitucionais por ferirem o Pacto Federativo.

O ex-prefeito e hoje vereador do Rio de Janeiro César Maia, que foi exilado político no Chile, fez um alerta nas redes

sociais. Pede ele que se preste atenção ao que está acontecendo aqui, a exemplo do que aconteceu no Chile, onde os carabineiros, que se espalhavam por todo o território chileno, foram elevados à categoria de militares. Isso foi o que possibilitou um dos períodos mais sombrios de ditadura que se viveu lá.

Temos que lembrar o filósofo Karl Popper, que cunhou nos seus estudos o que chamou de “paradoxo da democracia”, ou *“Princípio da Maioria”*. Na Alemanha, por exemplo, após a maioria ter escolhido pelo voto o regime nazista, não houve mais voto direto para Presidente, com a instituição de um Colégio Eleitoral para esse fim. Popper percebeu que este tipo de paradoxo da democracia também ocorria em outros casos, como a liberdade: a liberdade irrestrita de se poder fazer o que bem entender pode levar as pessoas a avançarem sobre a liberdade alheia. *“O chamado paradoxo da liberdade e o argumento de que a liberdade, no sentido da ausência de qualquer controle restritivo, deve levar a maior restrição, pois torna os violentos livres para escravizarem os fracos”*.

Tal ideia também já estava presente em diversos autores anteriores, como em Thomas Hobbes, mas Popper foi além,

ressaltando que paradoxos como esse são comuns em outros casos. Um exemplo seguinte foi o “Paradoxo da tolerância”, segundo o qual tolerar os intolerantes levaria à destruição dos tolerantes e, com isso, viria o fim da própria tolerância como princípio-guia da sociedade.

Encerro minha fala reafirmando as palavras do jurista Paulo Bonavides:

“O Ministério Público, por conseguinte, nem é Governo, nem oposição. O Ministério Público é Constitucional; é a Constituição em ação, em nome da Sociedade, do Interesse Público, da Defesa do Regime Democrático, da Eficácia e Salvaguarda das Instituições”.

E assim, continuaremos na nossa competência estadual e unidos ao Ministério Público Brasileiro em defesa da sociedade, cumprindo nosso Planejamento Estratégico como Ministério Público resolutivo e defensor da Constituição Federal.

Para deixar bem claro o nosso compromisso com a defesa da democracia, uso as palavras de Ulysses Guimarães, no discurso histórico da promulgação, em 05 de outubro de

1988, da nossa Constituição Cidadã. Com certeza, a maioria sensata dos nossos representantes no Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Brasileiro, OAB e sociedade civil organizada, hoje e sempre estará afinada com o que ele afirmou.

Disse Ulysses Guimarães:

“Temos ódio e nojo à ditadura.”

Muito Obrigado!